

## Ruralidades: novos significados para o tradicional rural

*Rosa Maria Vieira Medeiros*

Para se compreender as relações estabelecidas entre o campo e a cidade e o estabelecimento de ruralidades distintas daquelas até então existentes, se faz necessário voltar no tempo.

As décadas de 1960 e 1970 do século XX foram marcadas pelo processo de modernização da agricultura que inseriu novos objetos no espaço agrário brasileiro. Já nos anos de 1980 e 1990 as mudanças desses objetos são mais sofisticadas, ou seja, é quando ocorre a passagem do período técnico para o período técnico-científico informacional. Período este com grande acréscimo de informações que se expandem para outras regiões do território brasileiro até então excluídas do processo de modernização. Simultaneamente o processo de globalização se fortalece e esta união da ciência com a técnica e com a informação será a causa primeira da aceleração no uso do tempo e do espaço.

É possível afirmar que houve uma redução das distâncias com a consequente aproximação de contatos e lugares. O território recebe então “novos conteúdos, novos comportamentos, graças às enormes possibilidades de produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informação, das ordens e dos homens” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 52-53).

Mas que mudanças provocou esta agricultura científica globalizada? Mudou a relação do homem com a natureza, surgiram novas cidades e o território adquire nova dimensão

Milton Santos (2000, p.88), destaca que, “a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica” com o aumento da produtividade, da demanda em relação ao comércio ao mesmo tempo que torna o dinheiro uma “informação” indispensável.

Associado a isto há que se considerar a importância que o território adquire em razão do seu uso assim como as mudanças que ocorrem decorrentes do acréscimo de objetos técnicos, renovadores de sua materialidade, criadores de novas infraestruturas, de novos fluxos e fluxos com o objetivo de fazer circular a produção.

O território cresce em importância em razão da competitividade, incentivada pelo o capital internacional que necessita de lugares para produzir e administrar a circulação dessas mercadorias. O lugar, portanto, tem papel importante para o capital. Pois é neste lugar que, através do discurso legitimado pelo capital, que se instalam os objetos da modernidade agrícola.

Para Santos (2002, p. 304), esse discurso expressa a nova estrutura econômica é a “lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais”.

Para Dallabrida e Becker (2003, p. 186), “a influência das empresas no controle do território é tanta, que cada ramo de produção produz uma determinada lógica territorial”. Isto acontece em diferentes atividades tais como o fumo, frangos, suínos, leite, etc. O território se reorganiza, cria e legitima uma nova racionalidade que vai provocar mudanças nas relações sociais, em diferentes escalas - desde os países até as pessoas - sob a hegemonia do dinheiro e da informação. As fronteiras se fragilizam e o Estado volta-se para atender as demandas do mercado globalizado.

O discurso do moderno está, portanto, presente no cotidiano dos agricultores e se instalou nos lugares absorvidos pela modernização. Esses lugares ao acolherem essa agricultura científica são definidos como espaços de relações horizontais, já seus representantes estabelecem uma relação vertical, muitas vezes inflexível onde a solidariedade econômica é priorizada em detrimento sobretudo da relação com a natureza.

Mas que rural é este que domina o território brasileiro? Esse é “novo rural brasileiro”, que segundo Maria José Carneiro (2004), “se caracterizaria pela diminuição do peso da agricultura na manutenção das famílias o que é entendido como evidência da falência de certas formas de agricultura familiar”.

No debate contemporâneo, esse rural é tratado como um novo rural ou como uma nova ruralidade fortemente condicionada pelo enfoque dicotômico, tipológico. A nova ruralidade é apresentada com vários recortes, envolvendo contribuições de cientistas brasileiros como Maria Nazareth Baudel Wanderley, Maria José Carneiro, Silvana G. de Paula, José Graziano da Silva, Roberto José Moreira, entre outros.

Portanto o conceito de ruralidade se define tanto no plano sociológico como no geográfico e, é definido originalmente como um espaço habitado por pequenas comunidades humanas, com valores mútuos e história comum que giram ainda em torno da fidelidade e do pertencimento a um meio, a um território e a família. Ali se reencontra uma dinâmica distinta e práticas sociais, culturais e econômicas fundadas sobre a proximidade, a convivialidade, a ajuda e a cooperação. Esta comunidade humana é muitas vezes representada pela forma de viver que associa o território, às relações de vida e à coesão social. Este tipo de população mantém um laço estreito com seu ambiente, valoriza a cultura identitária das diferentes comunidades.

Esta definição de ruralidade obrigatoriamente deve sofrer um ajuste constante, em razão das constantes mudanças e das diversificações do rural. As atividades socioeconômicas se modificam, as paisagens se transformam, a gestão do território muda, a distribuição do povoamento se altera assim como, as relações de vizinhança.

Segundo Yves Jean (2003), dentro de uma civilização urbana, supra-industrial, marcada pela desmaterialização da produção vai ocorrer a ampliação do mito da natureza. A ruralidade passa a se restringir à natureza enquanto fonte de repouso e de tranquilidade. É uma natureza considerada bucólica, vista frequentemente a partir de paisagens reais e idealizadas, pensadas como fatores de uma melhor qualidade de vida. No entanto, também são vistas como a natureza que dá suporte à atividade agrícola, que é produtora de alimentos e que reforça a relação cidade campo. É possível ainda afirmar que no rural existe uma pessoalidade nas relações, ao contrário da impessoalidade aparentemente existente nas relações urbanas.

Surge então uma questão: Seria o rural mais ou menos complexo do que o urbano? Para responder a esta questão é fundamental compreender a realidade de cada lugar, de cada município, de cada região, de cada território. Fica então claro que cada conceito traz consigo suas representações, ou seja, aquilo que existe e aquilo que é pré-existente.

Por essa razão Siqueira e Osório (1999, p.77) afirmam que:

O conceito de rural, como muitos outros, é simultaneamente suficiente e insuficiente, porque a realidade não conhece classificações ou esquemas de qualquer espécie: nós é que os criamos para nos orientarmos na complexidade da existência, da realidade, a qual precisamos conhecer, seja através de teorias científicas, religiosas ou de senso comum. Para organizar a nossa experiência, nós emolduramos de várias formas a realidade, e o conceito de rural é uma delas. Mesmo os conceitos que se poderiam pensar os mais precisos e objetivos são calcados nas representações várias existentes sobre o aspecto da realidade que se pretende conceituar.

O rural e o urbano correspondem, portanto, a representações sociais sujeitas a reelaborações e ressemantizações que vão variar conforme o universo simbólico a que se referem.

Mas, a ruralidade como pode ser definida, compreendida?

A ruralidade pode ser entendida como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano. A ruralidade sugere uma gama considerável de imagens quando é pensada, quando é discutida. Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sociocultural presente que é reflexo da condição herdada de seus antepassados. Nesta ruralidade está expressa a capacidade destes sujeitos de se adaptarem às novas condições resultantes das influências externas.

A modernidade continua a se surpreender com a manutenção, com a permanência, com a capacidade de transformação e de mudanças que ocorrem no mundo rural. Neste processo de transformações entende que o rural não se ‘perde’; ao contrário, reafirma sua importância e particularidade.

E ao assumir esta ruralidade como uma construção social é que devem ser enfatizadas e compartilhadas abordagens que percebem ser este um modo de ser, um modo de viver mediado pelo território e pela cultura. A ruralidade deve ter referência em si mesma e não a partir da cidade, como se dela fosse um apêndice com dependência política e econômica.

Segundo Francisco Duran (1998), não deve haver distinção entre rural e ruralidade uma vez que não se constitui em uma questão e, mais do que isso, deve ser ignorada, especialmente quando se investiga uma multiplicidade de aspectos, socioculturais, econômicos e ecológicos.

Por esta razão as reflexões sobre a ruralidade na atualidade devem ter como exigência o re-conhecimento do rural, considerando suas próprias relações assim como com o urbano. Estas novas ruralidades ao serem estudadas devem considerar todas as especificidades e todas as representações deste espaço rural tanto em relação ao espaço físico (referência ao território e aos seus símbolos), ao lugar onde se vive (territorialidades, identidades) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania e inserção nas esferas políticas e econômicas da sociedade).

Mas é preciso destacar que no âmbito da modernidade há uma relação de uma certa forma tensionada entre o rural e o urbano em virtude da valoração excessiva dirigida ao urbano, que ainda é visto e pensado como sinônimo de moderno, de progresso, ao contrário do rural visto como sinônimo do atraso, do tradicional.

Segundo Enrique Sergio Blanco (2004), as “novas ruralidades” não só aproveitam como também expandem as novas funções e as novas atividades no campo principalmente integrando e envolvendo as famílias rurais tanto com o poder público como com a iniciativa privada. É a conhecida pluriatividade ou multifuncionalidade do campo, como é classificado esse novo momento no meio rural brasileiro.

Segundo José Graziano da Silva (1996), foi a partir de meados dos anos 80, que o rural brasileiro se reconfigurou, compondo-se basicamente de três grandes grupos de atividades:

- a. agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias;
- b. conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer, a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
- c. conjunto de novas atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados.

É possível afirmar que houve uma re-valorização de atividades rurais não-agrícolas decorrentes das transformações do meio rural que passa a ser lugar de moradia, de turismo, de lazer e de prestação de serviços. Também as atividades relacionadas à preservação da natureza fazem parte deste processo.

Conceituar ruralidade, portanto, não é matéria definida e consolidada, pois ela é permeada de critérios pragmáticos que giram em torno de diversos obstáculos. Dentre eles estão as políticas de desenvolvimento rural que deveriam ser territoriais e intersetoriais, para evitar ambiguidades que comprometam a definição conceitual de ruralidade. Ao mesmo tempo que a globalização é cruel para alguns setores da agricultura, ela pode oportunizar o desenvolvimento de

determinadas zonas rurais através, principalmente, das atividades ligadas ao turismo.

Pesquisas contemporâneas sobre a ruralidade apontam uma busca de sinais de dissipação das sociedades rurais, logo, do condicionamento deste espaço social à supremacia do industrialismo e da urbanização. Para estes, as diferenças entre o urbano e o rural deixam de existir; consideram que o campo é cada vez mais fortemente identificado com a cidade, estando submetido à homogeneidade nos modos de organização e produção socioeconômicos. Numa outra perspectiva, o rural reafirma seu valor e peculiaridade ao considerar que o mundo rural não é reduzido a uma homogeneização da sociedade contemporânea, mas a especificidade desta ruralidade, onde particularidades de formas de vida perpassam este espaço social e permitem que sejam observadas e verificadas as permanências, reconstruções, emergências dos processos socioambientais. Estes processos contemporâneos é que caracterizam a emergência de uma nova ruralidade.

O século XXI trouxe consigo esta nova ruralidade, como um renascimento, valorização, ressignificação e autoestima do rural que começou a constituir-se ainda na década de 1980. Esta nova ruralidade pressupõe reconhecer o rural em suas relações internas e específicas e também com o urbano, compreender seus contornos, especificidades e representações.

Refletindo sobre a ruralidade em fins do século XX, Yves Jean (2003) retoma a ideia do continuum rural-urbano, sendo que a difusão da forma de vida urbana, os ajustes econômicos e o desenvolvimento técnico-científico na agricultura contribuiriam para o fim do rural, uma vez que há a valorização da urbanidade. Analisa ainda a ruralidade, mais especificamente uma forma de mascarar-la, a partir de uma civilização urbano-industrial. Nesta perspectiva, a ruralidade encontra-se restrita à natureza, à gênese do repouso e da tranquilidade, vista a partir de paisagens que retratam uma melhor qualidade de vida, mas também vista como fonte produtora de alimentos.

Ainda sobre a ótica da natureza, Schneider e Blume (2004) realizam uma revisão acerca do conceito de ruralidade, que iniciam em seu artigo apresentando as percepções sobre o tema no Brasil e na França. Na França, as discussões envolvem.

[...] a problemática social da gestão do espaço e da reprodução das famílias de agricultores, aos aspectos relacionados à viabilidade econômica e produtiva dos negócios e transações comerciais, a questão da preservação do patrimônio histórico e cultural [...] e, sobretudo a dimensão ambiental,

plasmada na preocupação com as formas de uso dos recursos naturais [...]. (p.110)

Neste caso, a ruralidade refere-se a inúmeras dimensões das relações com o ambiente e isto efetivamente é próprio do rural.

No Brasil retoma-se a discussão acerca da ruralidade, e os pesquisadores acordam quanto à fluidez, à permeabilidade e ao entrelaçamento dos processos sociais, dos movimentos econômicos e dos traços culturais presentes no espaço rural, ou seja, discutem o quanto os mesmos estão integrados à sociedade contemporânea.

As perspectivas presentes neste debate focam:

a) Aspectos demográficos e econômicos, sugerindo a análise separada da evolução social do espaço rural dos processos econômicos e da produtividade agrícola. A ruralidade, nesta perspectiva é muito mais ampla e complexa do que a prática econômica agrícola;

b) Aspectos sociológicos e etnográficos voltados aos modos de construção e de redefinição identitária das sociedades, da cultura, da sociabilidade e das formas de vida;

c) Discussões que envolvem o ambiente e a sustentabilidade no que tange ao uso dos recursos naturais e adaptabilidade do ambiente. Atualmente viver no campo, no espaço rural, não é sinônimo de viver como habitante produtor, camponês, inserido em uma sociedade rural, mas uma busca pela natureza, pela tranquilidade, não tendo necessariamente seu trabalho vinculado ao campo, reflexão que em parte está presente em Bontron (2001).

Quando aplicado à noção de urbano, a ruralidade caracteriza-se por ser um conceito cuja natureza é territorial, mas não-setorial. O mesmo é aplicado à noção de urbano. Assim, não são as cidades definidas pela indústria, tampouco o campo pela agricultura. Faz-se necessário uma definição espacial e não setorial das áreas rurais.

Nas características do meio rural estão tanto a sua relação com a natureza como o seu atrelamento ao sistema urbano. O relevante é compreender o que se entende por meio rural, a forma como se exprime e o papel das ruralidades nas sociedades contemporâneas.

A ruralidade, conforme Abramovay (2000, p. 26- 27) não se caracteriza por ser “[...] uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas”.

Considerando tipologias do rural criadas por vários autores, Yves Jean (2003) as considera como ilustrativas das dinâmicas populacionais e econômicas que estão ancoradas na evolução da atividade agrícola; na afirmação do significado das cidades e sua maior dependência diante do emprego urbano; na influência crescente e discriminante da função residencial; e na territorialização desigual das atividades. São colocadas em evidência a complexidade das relações entre os espaços urbanos e rurais a partir de problemáticas diferentes, ou valorizando a função residencial, ou valorizando as migrações alternadas, ou ainda a dinâmica agroindustrial e as vantagens comparativas do meio rural. (p. 116)

Já Moreira e Gaviria (2002) referem-se à ruralidade como processos contemporâneos da globalização, das políticas neoliberais, que de uma certa forma, influenciam os processos de construção socioculturais contemporâneos influenciados pela pós-modernidade e pela era da informação. O sentido do rural como agrícola é ressignificado para como natureza. Muitos autores tendem a destacar o rural como forma particular de uso do espaço e da vida social, o que pressupõe a apreensão dos contornos, especificidades e representações. O rural é visto como um espaço impar, um ator coletivo um espaço diversificado e a ruralidade é uma construção histórica com novas identidades, expressão de novas relações entre campo e cidade.

Há uma revalorização da natureza, configura-se uma urbanidade que revaloriza o modo de vida no campo e a produção de alimentos benéficos à saúde, a partir de uma proposta de agricultura orgânica.

Para Moreira e Gaviria (2002, p. 53), a ruralidade responde aos elementos que sustentam o processo; o território responde qual é o contexto físico e social no qual acontece o processo; e a identidade responde como é vivenciado o processo pelos agentes sociais.

Uma nova ruralidade, em que há uma indiferenciação entre o espacial, o social e o cultural, seja do urbano, seja do rural, exprime-se numa construção de novas identidades, unidas em torno de práticas, valores e do sentimento de pertença.

Esta nova ruralidade caracterizada por mudanças importantes trouxe consigo dinâmicas marcadamente transformadoras como a reinversão das tendências migratórias, a renovação das atividades no campo, a modernização dos modos de vida e novas formas de organização dos atores sociais.

São estas ruralidades que começam a se fazer presente no espaço rural brasileiro, ainda marcado pela presença forte de seus velhos atores: os ruralistas, os latifundiários, os produtores familiares, os camponeses com ou sem terra. O ru-



ral forte, tradicional se viu envolvido pelas novas tecnologias, pelo estreitamento da relação campo-cidade.

É importante salientar que refletir sobre a ruralidade, pressupõe analisar o modo de ser e de viver de grupos societários, inseridos num espaço, num determinado tempo.

Pesquisas contemporâneas sobre a ruralidade apontam uma busca de sinais de dissipação das sociedades rurais, logo, do condicionamento deste espaço social à supremacia do industrialismo e da urbanização. Para estes, as diferenças entre o urbano e o rural deixam de existir; consideram que o campo é cada vez mais fortemente identificado com a cidade, estando submetido à homogeneidade dos modos de organização e produção socioeconômicos.

Numa outra perspectiva, o rural reafirma seu valor e a peculiaridade ao considerar que o mundo rural não é reduzido a uma homogeneização da sociedade contemporânea, mas à especificidade desta ruralidade, onde particularidades de formas de vida perpassam este espaço social e permitem que sejam observadas e verificadas as permanências, as reconstruções, as emergências dos processos socioambientais. São estes processos contemporâneos que caracterizam a emergência de uma nova ruralidade. Esta nova ruralidade pressupõe reconhecer o rural em suas relações internas e específicas e também em sua relação com o urbano para assim compreender seus contornos, suas especificidades e suas representações.

O rural brasileiro é, pois, imbricado de ruralidades que dão novos significados ao campo onde as relações não são apenas culturais, mas econômicas, sociais e políticas. Um exemplo de uma ruralidade onde as relações econômicas e políticas se sobrepõem às relações culturais é a do cerrado, território do agrogócio com 70% da área das chapadas ocupadas com cultivos de grãos, algodão ou eucaliptos e pinus (GONÇALVES, 2006)

José Graziano da Silva (1996), por sua vez, destaca a presença de uma outra ruralidade, não mais calcada na produção, mas na busca incessante dos homens por uma qualidade de vida que se perdeu na turbulência da vida nas cidades. O rural passa a ser buscado como ambiente para o lazer e para a fuga dos problemas da vida urbana fazendo com cresçam os investimentos em condomínios horizontais, chácaras, hotéis-fazenda, spas e coisas do gênero. O espaço rural se vê então, gradativamente, interpenetrado por este novo personagem, o neorural, constituído por profissionais liberais, aposentados, amantes da natureza, todos eles ex-habitantes da cidade que buscam no campo tranquilidade e paz, mas todos eles com suas referências urbanas e ligados ao mundo global.

## Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Texto para Discussão do IPEA n° 702, 2000.
- BLANCO, Enrique Sergio. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. In: **Caderno Virtual de Turismo**, v.4, n° 3, 2004.
- CARNEIRO, Maria José. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica CPDA/UFRRJ**, 2004.
- DALLABRIDA, Valdir Roque; BECHER, Dinizar F. Dinâmica Territorial do Desenvolvimento. In: **Desenvolvimento Regional: Abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003.
- DURÁN, Francisco E. “Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad”. In: **Estudios Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 11, p. 76-98, out. 1998.
- DURAN, Francisco E. Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad. *Estudios Sociedade e Agricultura*, 11, outubro 1998: 76-98.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Civilização Brasileira, RJ, 2006.
- JEAN, Yves. L'agriculteur, la ruralité et le géographe - pour une socio-géographie des agriculteurs. In : **Revue de Géographie Alpine**, décembre 2003, tome 91, n° 4.
- MOREIRA, Roberto José; GAVIRIA, Margarita. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na comunidade de Taquari. In: **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA, UFRRJ, 2002.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. Editora da USP, São Paulo, 2002.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início o século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- SCHNEIDER, Sérgio; BLUME Roni. Ensaio para uma abordagem territorial agem territorial da ruralidade: da ruralidade: em busca de uma metodologia. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez. 2004.

SILVA, José Graziano da Silva; GROSSI, Mauro Eduardo del. **O Novo Rural brasileiro**. IE/Unicamp, Porto Alegre, 1996.

SIQUEIRA, Deise e OSÓRIO, Rafael. O conceito de Rural. In: **Una nueva ruralidad en América Latina?** Barcelona: 1999.

